26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

COLONIALISMO DE DADOS E SOBERANIA DIGITAL: UMA ANÁLISE DAS FUSÕES E AQUISIÇÕES DA ALPHABET

DATA COLONIALISM AND DIGITAL SOVEREIGNTY: *AN ANALYSIS OF ALPHABET'S MERGERS AND ACQUISITIONS*

Edson Araújo Júnior – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Guilherme Ataíde Dias – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A Ciência da Informação contemporânea reposicionou a informação como recurso geopolítico central, cuja extração por Big Techs é questionada pelo Colonialismo de Dados e pela Colonialidade do Poder. No ecossistema monopolista, a Gestão da Informação e a Inteligência Competitiva sofrem mutações, operando como cercamento econômico. O objetivo deste trabalho é analisar as estratégias de fusões e aquisições (M&A) controladas pela Alphabet, investigando como a captura de startups aprofunda a dependência das nações periféricas. Metodologicamente, realizou-se um estudo qualitativo, exploratório e descritivo por meio de pesquisa documental e de mercado com dados do Crunchbase, TechCrunch e Form 10-K, mapeando as dez maiores aquisições históricas por valor financeiro de mercado. Os resultados sugerem que as aquisições evidenciam um esvaziamento infraestrutural, convertendo dados de geolocalização, biometria e perfis de consumo da periferia em ativos que alimentam os sistemas de publicidade e inteligência artificial da corporação. Conclui-se que o enfraquecimento da soberania digital exige o fomento a ecossistemas locais baseados na Ciência Aberta.

Palavras-chave: Inteligência Competitiva; fluxo da Informação; gestão da Informação; dados; economia da Informação.

Abstract: Contemporary Information Science has repositioned information as a central geopolitical resource, whose extraction by Big Techs is challenged through the lenses of Data Colonialism and the Coloniality of Power. In a monopolistic ecosystem, Information Management and Competitive Intelligence undergo mutations, operating as economic enclosure. The objective of this study is to analyze the merger and acquisition (M&A) strategies controlled by Alphabet, investigating how the capture of startups deepens the dependency of peripheral nations. Methodologically, a qualitative, exploratory, and descriptive study was conducted through documentary and market research using data from Crunchbase, TechCrunch, and Form 10-K reports, mapping the top ten historical acquisitions by financial

market value. The results indicate that the acquisitions reflect an infrastructural emptying, converting geolocation data, biometrics, and consumption profiles from the periphery into assets that feed the corporation's advertising and artificial intelligence systems. It is concluded that the weakening of digital sovereignty requires fostering local ecosystems based on Open Science.

Keywords: Competitive Intelligence; information flow; information management; data; information economics.

1 INTRODUÇÃO

A transição para o paradigma do informacionalismo (ou sociedade em rede) alterou profundamente a morfologia das trocas sociais e econômicas, convertendo as redes de comunicação na base da sociedade contemporânea (Castells, 1999). Em resposta a esse novo cenário sociotécnico, a Ciência da Informação impulsionou o debate sobre a emergência de um paradigma pós-custodial, deslocando o foco analítico da mera guarda física dos acervos para o fluxo, o acesso e a apropriação dinâmica do conhecimento (Silva; Ribeiro, 2002). Sob essa perspectiva pragmática, a informação passa a ser tratada como o recurso estratégico central para a redução de incertezas e suporte aos processos de tomada de decisão organizacionais. Contudo, a evolução histórica desse ecossistema digital transmutou os dados e as próprias infraestruturas de rede em ativos políticos e econômicos de dominação, extrapolando a função original de suporte operacional.

É justamente nesse cenário que a atuação das *Big Techs* passa a ser questionada sob a ótica do Colonialismo de Dados. Longe de ser uma mera metáfora, esse conceito, segundo Couldry e Mejias (2019), traduz uma nova fase de expropriação capitalista. De forma análoga ao colonialismo histórico que se apropriava à força de territórios e recursos naturais para processamento nas metrópoles, o colonialismo contemporâneo utiliza as infraestruturas digitais e os termos de uso para anexar a própria vida social, os fluxos de geolocalização e os hábitos cotidianos. Essa dinâmica transforma a experiência humana em matéria-prima comportamental proprietária, convertendo o monitoramento invisível em ativos preditivos de alto valor de mercado monopolizados pelos centros de acumulação capitalista.

No contexto geopolítico, esse processo aprofunda as assimetrias entre os centros de acumulação e as margens, uma vez que as infraestruturas de processamento de dados e os centros de lucro permanecem centralizados nos países dominantes, gerando uma severa dependência digital nas nações periféricas (Couldry; Mejias, 2019; Silveira; Souza; Cassino,

2021). Sob essa dinâmica, as ferramentas de gestão, essenciais para a sobrevivência organizacional, são convertidas em instrumentos de dominação e controle das fontes de dados. Essa inversão reflete o que Quijano (2005) conceitua como colonialidade do poder, perpetuando a subordinação das nações periféricas mesmo após o fim do colonialismo histórico. Paralelamente, sob a lógica do capitalismo de vigilância descrita por Zuboff (2021), esse processo se materializa quando grandes corporações expropriam a experiência social e o conhecimento local para extração de excedente comportamental.

Portanto, a problemática central deste trabalho reside no fato de que o fluxo de concentração e a infraestrutura de coleta de dados comportamentais brutos das *Big Techs* atuam como um dispositivo de limitação tecnológica que tende a restringir o desenvolvimento de iniciativas locais (Silveira; Souza; Cassino, 2021). Diante disso, emerge a necessidade de compreender: de que maneira a estratégia corporativa de fusões e aquisições de *startups* e empresas pela *Alphabet* materializa esse ciclo extrativista e potencializa a dependência estrutural das nações periféricas?

Desta forma, este trabalho analisa as fusões e aquisições de *startups* controladas pela *Alphabet* como etapas de um ciclo estratégico de inteligência. O objetivo é identificar como a Gestão da Informação e a Inteligência Competitiva são instrumentalizadas para converter ativos periféricos em propriedade intelectual hegemônica, evidenciando a materialização do Colonialismo de Dados. A relevância do estudo reside na urgência de prover dados concretos que fundamentem o debate na Ciência da Informação sobre soberania digital e na defesa da Ciência Aberta contra o controle comercial desses monopólios.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na economia contemporânea, os modelos tradicionais da Ciência da Informação desenham a gestão dos fluxos informacionais como um sistema dinâmico para reduzir incertezas e garantir vantagem competitiva legítima às organizações (Starck; Rados; Silva, 2013). No ecossistema das plataformas digitais monopolistas, contudo, essa lógica sofre uma mutação estrutural: o foco é deslocado da organização do conhecimento para uma acumulação agressiva baseada no monitoramento algorítmico contínuo (Oliveira; Marques, 2024). Sob a ótica do Capitalismo de Vigilância, a Gestão da Informação passa a ser instrumentalizada para expropriar a experiência social dos usuários, convertendo-a em matéria-prima gratuita (Zuboff, 2021).

Sob essa lógica extrativista, os dados gerados pelo monitoramento contínuo das interações cotidianas nos países periféricos são coletados e processados de forma centralizada nos servidores das *big techs*. Esse fluxo assimétrico apresenta fortes indícios de enfraquecimento da soberania digital e informacional dos países onde o colonialismo de dados é exercido, reduzindo-os à condição subordinada de meros exportadores de dados brutos e consumidores dependentes de tecnologia e inteligências proprietárias estrangeiras.

2.1 DO COLONIALISMO HISTÓRICO À COLONIALIDADE DO PODER NA ERA DIGITAL

Ao analisar as dinâmicas de poder na era digital mediante o mapeamento de mercado de fusões e aquisições corporativas, fica evidente uma nova configuração das estruturas clássicas de dominação. Sob a perspectiva de Couldry e Mejias (2019), o Colonialismo de Dados se define como o processo contemporâneo que transforma a própria vida social e a experiência humana em dados brutos passíveis de mercantilização. Essa dinâmica estabelece uma relação direta com o colonialismo histórico: se no passado o capitalismo exigia a apropriação violenta de recursos naturais e territórios físicos, atualmente o capitalismo informacional opera através da exploração da rotina diária dos indivíduos por meio de infraestruturas digitais.

Esta lógica de expropriação não apaga, mas sim atualiza o que Quijano (2005) conceitua como Colonialidade do Poder. Desse modo, observa-se que a independência político-jurídica formal alcançada pelas nações periféricas não eliminou os mecanismos de reprodução da matriz colonial de poder, que agora se reconfigura e se manifesta por meio das arquiteturas tecnológicas contemporâneas. As *big techs*, hegemonicamente concentradas nos centros de acumulação de capital global, impõem uma nova divisão internacional do trabalho digital. Nessa estrutura, o mundo periférico assume novamente o papel de território explorado, com seus fluxos de conhecimento fechados e privatizados por monopólios corporativos (Quijano, 2005; Couldry; Mejias, 2019).

Para fins de sistematização analítica, as correspondências estruturais entre os dois períodos de expropriação se estruturam em quatro eixos: recurso-alvo, mecanismo de apropriação, justificativa ideológica e resultado econômico. No colonialismo histórico, recursos naturais e corpos escravizados eram capturados pela força militar sob a justificativa da "missão civilizatória", acumulando riqueza nas metrópoles. No colonialismo de dados, o alvo passa a ser a experiência humana e os dados comportamentais, apropriados via

infraestruturas tecnológicas, plataformas e termos de adesão. Esse processo é legitimado pelo discurso da "modernização tecnológica" e da conectividade, resultando em monopólios informacionais que extraem valor da periferia e centralizam o capital nos países dominantes.

Como alternativa a esse cenário de expropriação de dados, a Ciência da Informação discute o movimento da Ciência Aberta como forma de recuperar a soberania digital nos países periféricos (Albagli; Clinio; Raychtock, 2014). Diante dos monopólios das *Big Techs*, a Ciência Aberta vai além do compartilhamento de artigos e passa a exigir uma atuação política e infraestrutural, focada na abertura de códigos, na transparência dos algoritmos e na governança democrática dos dados (Sales, 2019). Esse modelo contribui diretamente para frear a expropriação de dados ao transformar o conhecimento e a infraestrutura informacional em bens comuns de livre acesso. Ao exigir que os dados gerados socialmente permaneçam públicos e auditáveis, a Ciência Aberta impede que a experiência local seja convertida em matéria-prima exclusiva e privatizada por corporações estrangeiras, devolvendo o controle e o valor estratégico da informação às nações periféricas.

2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

No âmbito da Ciência da Informação, os processos de tomada de decisão e desenvolvimento de vantagens competitivas sustentáveis fundamentam-se na articulação entre a Gestão da Informação (GI) e a Inteligência Competitiva (IC). Enquanto os modelos processuais clássicos de GI têm como foco o fluxo interno de identificação, aquisição e uso estratégicos dos recursos informacionais (Choo, 2003), a IC atua como radar voltado ao monitoramento e à antecipação das dinâmicas do ambiente externo (Santos; Valentim, 2014).

A partir da visão adotada por corporações monopolistas, a exemplo da Google, essa fórmula é modificada. O monitoramento ambiental promovido pela IC deixa de ser um esforço de adaptação de mercado e acaba assumindo o papel de um radar geopolítico, direcionando a escanear e identificar *startups*[1] emergentes e tecnologias disruptivas na periferia global (Santos; Valentim, 2014). Uma vez conhecidos os ativos estratégicos e suas respectivas fontes de dados, a GI é acionada para operacionalizar a transição do dilema entre “comprar ou

[1] Conforme a Lei Complementar nº 182/2021, *startups* são empresas nascentes ou em operação recente que possuem como cerne a inovação aplicada a modelos de negócios, produtos ou serviços de caráter escalável e repetível, operando frequentemente no desenvolvimento de tecnologias disruptivas e ativos informacionais de alto valor estratégico para o mercado de capitais.

construir" (*buy vs. build*), optando deliberadamente pela aquisição corporativa (*buy*) como mecanismo definitivo de absorção (McGee; Prusak, 1994). Dessa forma, o ciclo estratégico de inteligência deixa de visar a eficiência sistemática para se converter numa estratégia de cercamento informacional, que captura o capital intelectual da periferia global e anula preventivamente qualquer possibilidade de concorrência ou soberania tecnológica local.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se caracteriza como um estudo de abordagem qualitativa, dotado de caráter exploratório e descritivo, operacionalizado de forma integrada por meio de pesquisa bibliográfica, procedimentos documentais e análise de mercado. A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento e revisão de literatura crítica sobre a Economia Política da Informação, o Capitalismo de Vigilância e o Colonialismo de Dados, provendo a base conceitual para mapear a transformação dos fluxos informacionais. O *corpus* empírico da investigação foi constituído a partir de um cruzamento de dados coletados nas plataformas de inteligência de negócios *Crunchbase* (2026) e *TechCrunch* (2026), bem como em relatórios oficiais da própria corporação via *Alphabet Investor Relations* (Form 10-K – Relatório anual detalhado e auditado exigido pela *Securities and Exchange* Commission dos EUA). Adotou-se como critério de corte amostral a identificação e o mapeamento das dez maiores fusões e aquisições (M&A) históricas realizadas pela Alphabet, com o intuito de analisar a estratégia corporativa e o impacto gerado por esse monopólio informacional.

Para operacionalizar essa investigação, os dados extraídos foram submetidos a três eixos analíticos fundamentados no referencial teórico: a) a identificação da captação de excedente comportamental (verificando se a tecnologia da *startup* ou empresa adquirida focava na extração de rotinas e hábitos dos usuários); b) a expansão da infraestrutura de controle (mapeando como a absorção daquela empresa ampliava o ecossistema proprietário de dados da corporação); e c) a reprodução da colonialidade (analisando o potencial da transição tecnológica para aprofundar a dependência estrutural das nações periféricas).

Em um segundo momento, o foco foi levantar, extrair e classificar indicadores métricos específicos, o que envolveu os valores em dólares (USD) das transações, os anos de execução de cada compra e os setores tecnológicos de origem das *startups* e empresas adquiridas pela Alphabet. Nesta etapa interpretativa, a análise categorizou essas empresas (como infraestrutura de nuvem, mapeamento geográfico, inteligência artificial e publicidade digital).

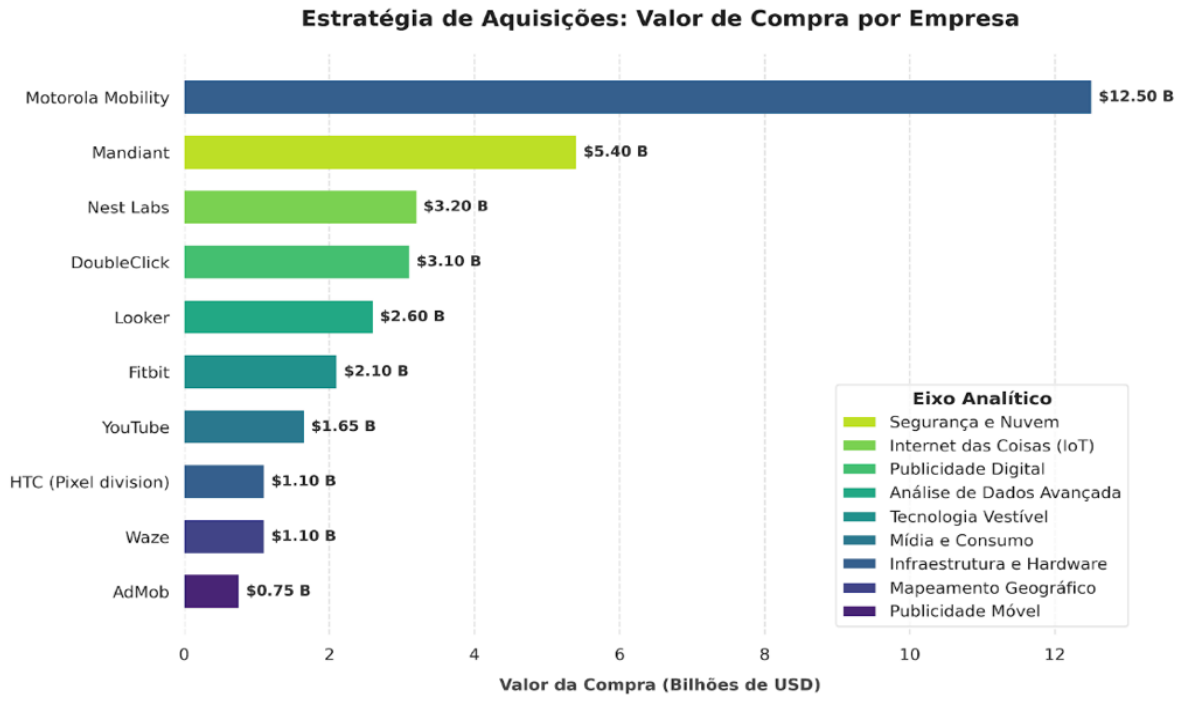
A partir daí, cada categoria foi relacionada diretamente com a fundamentação teórica construída na revisão bibliográfica, aplicando os conceitos de Colonialismo de Dados de Couldry e Mejias (2019), de Capitalismo de Vigilância de Zuboff (2021) e da Colonialidade do Poder de Quijano (2005). Esse cruzamento de dados permitiu mapear o fluxo de extração e centralização de dados gerado pela *big tech*, transformando esses indicadores de mercado em evidências das assimetrias que enfraquecem e limitam a soberania digital nos países periféricos.

O levantamento e a organização dos dados brutos contaram com o suporte instrumental da inteligência artificial generativa Gemini (v. 3.5), aplicada na busca e triagem de literatura, tradução técnica de conceitos, automação da visualização gráfica e revisão linguística, mantendo-se a autoria intelectual e a análise crítica restritas aos pesquisadores. A validação humana ocorreu em duas etapas: o cruzamento manual das métricas financeiras com os relatórios originais do *Form 10-K* e plataformas de mercado; e a revisão analítica de conteúdo para o alinhamento epistemológico das categorias às teorias de capitalismo de vigilância e colonialismo de dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O mapeamento histórico das fusões e aquisições (M&A) da Google, baseado em dados do Crunchbase (2026), TechCrunch (2026) e relatórios Form 10-K (Alphabet, 2026), revela a dimensão do capital empregado na consolidação de seu monopólio informacional. Esse investimento bilionário em ativos digitais e patentes reflete um ciclo de Inteligência Competitiva (Santos; Valentim, 2014) voltado ao monitoramento estratégico e ao cercamento de mercados. A Figura 1 ilustra o recorte amostral das dez maiores transações financeiras executadas pela empresa.

Figura 1 - Top 10 maiores transações financeiras da Google.



Fonte: elaborada pelo autor baseada nos dados do Crunchbase (2026), TechCrunch (2026) e Alphabet (2026).

A análise empírica dos dados da Figura 1 evidencia que a estratégia de expansão da corporação se divide em frentes complementares de apropriação de fluxos. O primeiro grande eixo concentra-se no cercamento da infraestrutura física, mobile e de segurança, liderado pela aquisição da *Motorola Mobility* (US$12,5 bilhões), Mandiant (US$ 5,4 bilhões) e divisão da HTC (US$ 1,1 bilhão). Sob a ótica da Gestão da Informação (Choo, 2003), essas aquisições garantem à Alphabet o controle direto sobre as camadas de *hardware* e redes onde os dados tracionam, materializando o que Couldry e Mejias (2019) definem como infraestrutura primaria do Colonialismo de Dados. Ao controlar os dispositivos de acesso, a corporação assegura todo o tráfego informacional gerado nas periferias passe obrigatoriamente por seus canais proprietários.

Um segundo eixo de destaque revela-se na captura massiva de dados comportamentais cotidianos e inteligência de mercado via DoubleClick (US$ 3,1 bilhões), Looker (US$ 2,6 bilhões) e AdMob (US$ 750 milhões). Esse aparato de publicidade digital e análise avançada instrumentaliza a Gestão da Informação para fins de extração contínua e invisível do excedente comportamental (Zuboff, 2021). Adicionalmente, o mapeamento demonstra que essa vigilância corporativa ultrapassa o ambiente virtual e penetra na vida íntima e espacial dos

sujeitos por meio de aquisições voltadas ao espaço urbano e doméstico, como o Waze (US$ 1,1 bilhão), a Nest Labs (US$ 3,2 bilhões) e os dados biológicos da Fitbit (US$ 2,1 bilhões).

Sob a perspectiva de Quijano (2005), essas transações corporativas materializam a colonialidade do poder na era digital: os países periféricos atuam como fornecedores contínuos e não remunerados de matéria-prima informacional sobre suas rotinas, mobilidades e saúde. Enquanto isso, o centro hegemônico de acumulação retém o monopólio do processamento algorítmico e da inteligência preditiva. Esse arranjo de cercamento informacional anula as vantagens competitivas locais, sufoca ecossistemas autônomos e aprofunda de forma severa a assimetria e a dependência tecnológica das nações periféricas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências sugerem que as fusões e aquisições da Alphabet atuam como fortes vetores para a consolidação do Colonialismo de Dados ao instituir um poder de predição unilateral e assimétrico sobre os indivíduos. Esse acúmulo da experiência social ultrapassa a publicidade mercantil, projetando-os sobre os horizontes biopolíticos dos sujeitos. A fusão automatizada de rastros biológicos, territoriais e cotidianos alimenta sistemas opacos de Inteligência Artificial controlados por corporações hegemônicas. Consequentemente, delineia-se um cenário propício à instalação de dinâmicas de triagem social desumanizadas que carregam o risco de modular o acesso a direitos e oportunidades. Sob essa lógica, potencializa-se a perpetuação de exclusões baseadas em perfis proprietários de dados, afetando de forma desproporcional, indivíduos na periferia do capitalismo.

Diante desse cenário de expropriação, a Ciência da Informação apresenta-se como um vetor crítico para o fomento do debate sobre a soberania digital dos países periféricos. O enfrentamento ao ciclo extrativista das *big techs* demanda o desenvolvimento de estratégias para a mitigação progressiva da dependência infraestrutural, o que passa pelo fomento a ecossistemas tecnológicos locais, ancorados na Ciência Aberta, na governança democrática dos dados e em algoritmos transparentes. Argumenta-se que a proteção jurídica e social desses ativos contra a apropriação corporativa desponta como uma via necessária para tensionar e, a longo prazo, subverter a colonialidade do poder digital. Tais medidas visam resguardar o uso legítimo do conhecimento, contribuindo para os horizontes de emancipação e autonomia informacional das nações subordinadas.

Como limitações deste estudo, destaca-se o recorte metodológico centrado nas dez maiores transações financeiras da Alphabet, o que exclui do escopo analítico as aquisições de menor porte econômico, que também podem apresentar alto valor estratégico para nichos específicos de extração de dados. Além disso, inerente a opacidade comercial dos termos contratuais restringe o acesso aos detalhes técnicos de integração das arquiteturas de dados das *startups* e empresas compradas. Para estudos futuros, recomenda-se expandir a análise de mercado para as outras *big techs* (como Meta, Microsoft e Amazon), com o objetivo de construir um mapa comparativo dos diferentes modelos de captação do excedente comportamental que operam nas nações periféricas, aprofundando o diagnóstico sobre a dependência tecnológica estrutural nesses territórios.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; CLINIO, Anne; RAYCHTOCK, Sabrine. Ciência Aberta: frentes de atuação e desafios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 434-450, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279277539_Ciencia_Aberta_correntes_interpretativas_e_tipos_de_acao_Open_Science_interpretive_trends_and_types_of_action. Acesso em: 7 jun. 2026.

ALPHABET. **Alphabet Investor Relations:** Form 10-K (Annual Report). Mountain View: Alphabet Inc., 2026. Disponível em: https://abc.xyz/investor/. Acesso em: 19 maio 2026.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Disponível em: https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.files.wordpress.com/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf. Acesso em: 8 jun. 2026.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. Tradução de Eliana Rocha. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject. **Television & New Media**, [*s.l.*], v. 20, n. 4, p. 336-349, 2019. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1527476418796632 Acesso em: 8 jun. 2026.

CRUNCHBASE. **Google**: profile, predictions and insights. [*s. l.*]: Crunchbase, 2026. Disponível em: https://www.crunchbase.com/organization/google#predictions_and_insights. Acesso em: 19 maio 2026.

MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação**: aumente o valor e a eficácia de sua organização com a informação. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

OLIVEIRA, Débora Ferreira de; MARQUES, Rodrigo Moreno. O ataque das plataformas digitais contra o projeto de lei das fake news: uma análise sob as lentes do colonialismo digital e do colonialismo de dados. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, maio 2024. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/693 Acesso em: 8 jun. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SALES, Luana Farias. O papel da Ciência da Informação na Ciência Aberta. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 9, n. 2, p. 1-12, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17154. Acesso em: 8 jun. 2026.

SANTOS, Janise Silva dos; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Inteligência competitiva organizacional. **Informação & Informação**, Paraná, v. 19, n. 2, p. 76-95, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/27392?articlesBySimilarityPage=25 Acesso em: 8 jun. 2026.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das "ciências" documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/56452. Acesso em: 8 jun. 2026.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (orgs.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

STARCK, Joanice Aparecida; RADOS, Gregório Jean Varvakis; SILVA, Edna Lúcia da. Os estilos e os modelos de gestão da informação: alternativas para a tomada de decisão. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 19-35, 2013. Disponível em: https://www.scilit.com/publications/a53cc3436179b75575c2791bba6676c2 Acesso em: 8 jun. 2026.

TECHCRUNCH. **Google Acquisitions**: tech industry insights. [*s. l.*]: TechCrunch, 2026. Disponível em: https://techcrunch.com. Acesso em: 20 maio 2026.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.